

Critérios de Pesquisa:

Período: 01/03/2024 a 31/03/2024

Assunto: "Coronavírus" or "COVID"

Documento 1/18

17.2024	Sessão Ordinária - CD	05/03/2024-17:20
Publ.: DCD - 06/03/2024	Coronel Assis-UNIÃO -MT	
-	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

O Deputado expressou seu repúdio à proposta do Ministério da Saúde de tornar obrigatória a vacinação contra a COVID-19 para crianças de 6 meses a 5 anos a partir de 2025. Ele questionou a necessidade dessa medida, especialmente quando outros países não adotam essa obrigatoriedade, e criticou a ausência da Ministra da Saúde em uma sessão de debates sobre o tema no Senado Federal. O Parlamentar enfatizou que a saúde das crianças deve ser responsabilidade dos pais e não do Estado, rejeitando a ideia de tornar a vacinação obrigatória como forma de acesso a serviços ou programas sociais. Ele defendeu que qualquer medida desse tipo deve ser estabelecida por meio de um projeto de lei, ressaltando que essa abordagem vai contra a liberdade individual dos cidadãos brasileiros.

O SR. CORONEL ASSIS (Bloco/UNIÃO - MT. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, nós estamos na Semana da Mulher, e eu quero aqui parabenizar todas as mulheres brasileiras, a mulher guerreira, a mulher que é mãe, porque toda mãe quer proteger sua família e seus filhos.

Por fazer referência a isso, Sra. Presidente, registro que, semana passada, no Senado Federal, houve uma sessão de debates sobre a obrigatoriedade da vacinação contra a COVID-19 em crianças, em virtude de inclusão da vacina no Programa Nacional de Imunizações.

O anúncio do Ministério da Saúde sobre a vacinação obrigatória para crianças de 6 meses a 5 anos, a partir de 2025, é um completo absurdo, e nós não podemos ignorar isso, Srs. Deputados e Sras. Deputadas.

Por que o Ministério da Saúde quer tornar a vacinação obrigatória para crianças aqui no Estado brasileiro, enquanto vários outros países não têm essa

obrigatoriedade? Isso é muito ruim para o Estado brasileiro.

Por que a Ministra da Saúde, S.Exa. Nísia Trindade, que foi convidada para participar da sessão lá no Senado Federal, não compareceu?

Sra. Presidente, não somos contra a vacinação, mas sim contra a obrigatoriedade, principalmente em crianças nessa faixa etária já citada.

A saúde dos filhos deve ser de inteira responsabilidade dos pais, e não do Estado. Nós estamos vivendo uma verdadeira extorsão social, uma chantagem social feita pela atual gestão do Governo Federal. Querem tornar a vacinação obrigatória e fazer com que isso seja requisito para que as pessoas matriculem os seus filhos nas escolas ou para que tenham acesso a programas sociais. Isso é muito ruim.

Aqui, nós temos que deixar o nosso repúdio a tudo isso que está sendo construído, e através de uma nota técnica! Meus amigos, no Brasil, ninguém é obrigado a fazer ou deixar de fazer nada, senão em virtude de lei. Então, se querem tornar algo obrigatório, mandem um projeto de lei para cá. Ele passará por aqui, passará pelo Senado e, aí, sim, nós tornaremos isso obrigatório ou não.

Estão dizendo que o índice de pessoas que buscam o sistema de imunizações no Brasil diminuiu. Claro que diminuiu! Não há nada concreto sobre essa vacina contra a COVID-19 para adultos e, principalmente, sobre a vacina para crianças. Então, nós estamos indo...

(Desligamento do microfone.)

O SR. CORONEL ASSIS (Bloco/UNIÃO - MT) - Sra. Presidente, nós estamos na contramão da história, na contramão de países desenvolvidos, que, com certeza, não têm essa obrigatoriedade, principalmente para as crianças. Nós temos que ter atenção com isso. Temos que lutar contra isso e defender as crianças do Brasil.

Peço que a minha fala seja publicada nos meios oficiais de divulgação desta Casa, Sra. Presidente.

Documento 2/18

19.2024	Sessão Ordinária - CD	06/03/2024-16:40
Publ.: DCD - 07/03/2024	Bia Kicis-PL -DF	
-	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO



Sumário

A Deputada criticou o Governo de Lula por sua abordagem na gestão da saúde, especialmente em relação à vacinação contra a dengue. Ela destacou a falta de distribuição adequada da vacina, apesar de estar disponível há mais de um ano. Contrastou essa situação com a abordagem do Governo Bolsonaro em relação à COVID-19, afirmando que, anteriormente, a vacinação era vista como a única solução. Ela também criticou a Nota Técnica nº 118 de 2023, que torna a vacinação contra COVID-19 obrigatória para crianças saudáveis, citando a recomendação oposta da Organização Mundial da Saúde (OMS). A Parlamentar argumentou contra a obrigatoriedade da vacinação para crianças e pediu que os pais resistam e cuidem de seus filhos.

A SRA. BIA KICIS (PL - DF. Sem revisão da oradora.) - Obrigada, Presidente.

Colegas Deputados, pais do Brasil, o Governo do Sr. Lula da Silva, o *persona non grata*, continua envergonhando o Brasil perante o mundo e brincando de forma irresponsável com um assunto seríssimo. Dirijo-me especialmente aos Deputados médicos aqui presentes, porque o assunto é a saúde.

Como se não bastassem a imprevidência e a má gestão que estão impondo ao povo no caso da dengue, sem vacina — e vacina já testada, comprovada, autorizada há mais de 1 ano pela ANVISA e que não chega em número suficiente ao Brasil, no meio de uma epidemia, com pessoas morrendo —, o que diz a Ministra da Saúde? "*Vacina não é prioridade. Não vamos ficar iludidos. Não é a solução.*" Entretanto, no caso do Governo Bolsonaro com a COVID era a única solução. Não se podia fazer mais nada. Médico que ousasse tratar paciente era crucificado.

Como se não bastasse tudo isso, há a tal da Nota Técnica nº 118, de 2023, que incorpora a vacina contra a COVID-19 ao PNI, tornando-a assim obrigatória para crianças e adolescentes saudáveis — isso inclui bebês, bebezinhos de poucos meses, crianças até 5 anos.

Os pais são importunados e perseguidos com a ameaça de não poderem matricular suas crianças na escola se não colocarem esse experimento no braço das crianças.

Os burocratas do Ministério da Saúde autores da nota, Sr. Presidente, desconsideram ou fingem ignorar que a OMS, a Organização Mundial da Saúde, que o Governo finge seguir — durante o Governo Bolsonaro, tratavam essa instituição como se fosse autoridade máxima no assunto —, não recomenda a obrigatoriedade dessa vacina para crianças, porque diz elas correspondem a 0,5% dos casos.

A própria EBC, que produz, infelizmente, tanta desinformação, reconhece que a OMS não recomenda a obrigatoriedade da vacina contra COVID-19 para

crianças. Isso é importantíssimo, e eu quero chamar a atenção deste Parlamento para isso. Crianças saudáveis estão sendo submetidas a uma vacina que só é obrigatória no Brasil, entre todos os países do mundo. Além de o Brasil ser o único país do mundo que obriga essa vacinação, a OMS, que este Governo diz seguir, não recomenda essa obrigatoriedade. Está aqui a recomendação. E é curioso que essas informações da OMS são confirmadas na nota técnica. A própria nota técnica que colocou no PNI essa vacina para crianças reconhece que a OMS não a obriga.

Sr. Presidente, este assunto é de suma importância. Eu fiz várias audiências públicas na Comissão de Fiscalização Financeira e Controle sobre isso. O Senador Girão e outros Senadores fizeram uma audiência pública com médicos brasileiros e internacionais que falaram do perigo disso. Médicos chegaram a dizer que essa obrigação chega a ser criminosa.

Senhores pais, resistam, cuidem de seus filhos, salvem as nossas crianças, vamos cuidar delas!

Solicito que o meu pronunciamento seja reverberado no programa *A Voz do Brasil* e nos meios de comunicação da Casa.

Muito obrigada.

Documento 3/18

30.2024	Sessão Ordinária - CD	19/03/2024-17:12
Publ.: DCD - 20/03/2024	Alencar Santana-PT -SP	
-	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

O Deputado expressou solidariedade aos servidores públicos de Guarulhos (SP), que lutam por reajuste salarial diante da proposta de reajuste zero do Prefeito. Ele também apelou pela votação rápida do projeto "descongela", que busca restabelecer os direitos dos servidores afetados durante a pandemia. Além disso, parabenizou a comunidade do Vale dos Machados por sua vitória judicial que garantiu o direito à moradia.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, vou tratar de dois assuntos que envolvem a cidade de Guarulhos.

Eu queria também responder ao Deputado que me antecedeu, mas a

negacionismo não se responde.

Colegas Deputados e Deputadas, todos que nos acompanham, trago nossa mensagem ao servidor público da cidade de Guarulhos, que está iniciando uma luta para garantir o devido reajuste a que fazem jus os servidores.

O Prefeito, no seu último ano de mandato, apresentou proposta de reajuste zero! Ora, isso não tem sentido. Ele se dizia amigo do servidor, e, ao longo do tempo, é verdade, não fez nada. Pelo contrário, deteriorou o serviço público. Mas gastou horrores em contratações de empresas terceirizadas de amigos. Fechou uma empresa pública, a PROGUARU, demitindo 5 mil pessoas. Conseguiu enganar por determinado tempo, mas agora a máscara cai e ele propõe reajuste zero. Isso não tem sentido.

Tempos atrás, os servidores já foram vítimas disto, de reajuste zero. Isso não tem sentido, depois de os servidores terem passado por tantos momentos difíceis, como todos, durante a pandemia. Guarulhos é a segunda cidade do Estado de São Paulo. Tem dinheiro, tem condições. E o Prefeito vem com essa proposta?

Registro nosso apoio aos servidores que estão iniciando essa luta. Que eles consigam, toda a categoria, forte e unida, pressionar, e que a Câmara, que vai deliberar sobre o projeto de lei, garanta a devida reposição, no mínimo isso, a todo servidor público da cidade de Guarulhos, que é quem faz as coisas acontecerem na ponta.

Ainda sobre o servidor público, faço outro apelo. Nós aprovamos na CCJC, no final do ano passado, praticamente na última reunião da Comissão, o "descongela", para descongelar aqueles direitos surrupiadados durante a pandemia pelo Governo Bolsonaro, que praticamente transferiu a responsabilidade pela crise sanitária para as costas dos servidores públicos. Eles não tinham nada a ver com aquilo. Os servidores continuou trabalhando, os servidores da segurança, as equipes de saúde, os professores, ainda que de maneira virtual, e outros setores, mas tiveram seus direitos congelados, o que compromete progressões, quinquênios e outros benefícios. O projeto está pronto para vir ao Plenário. Fazemos um apelo para que ele seja pautado e votado o mais rápido possível, porque é direito do servidor público. Ele não pode ser penalizado por uma crise que afetou a todos. E ele continuou trabalhando.

Presidente, mudando de assunto, quero dar os parabéns à comunidade do Vale dos Machados, da cidade de Guarulhos, que depois de anos obteve uma grande conquista. Eu acompanho essa batalha há anos. Eles conseguiram a vitória no tribunal, e agora não cabe mais nenhum tipo de recurso: poderão ficar na área onde vivem há muito, muito tempo. Nosso jurídico acompanhou essa vitória, que merece ser celebrada. O direito à moradia é sagrado. Agora essas famílias poderão viver tranquilamente no Vale dos Machados, na cidade de Guarulhos.

30.2024	Sessão Ordinária - CD	19/03/2024-18:00
Publ.: DCD - 20/03/2024	Padre João-PT -MG	
-	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

O Deputado denunciou o indiciamento do ex-Presidente Jair Bolsonaro pela Polícia Federal por crimes de associação criminosa e inserção de dados falsos no sistema de informação, no caso relacionado à falsificação de certificados de vacinação contra a COVID-19. Ressaltou a gravidade do comportamento de Bolsonaro, que teria exposto a vida de muitos brasileiros ao falsificar seu próprio cartão de vacinação, além de ter mentido para outros chefes de Estado. Enfatizou a necessidade de responsabilização e punição do ex-Presidente por seus supostos crimes, incluindo associação criminosa e disseminação de fake news que teriam contribuído para mortes e para o desmonte do Estado brasileiro.

O SR. PADRE JOÃO (Bloco/PT - MG. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, colegas Deputadas e Deputados, o cerco já vai se fechando em torno do Bolsonaro, o rei das *fake news*, da mentira — da mentira —, que tem que pagar por isso.

A Polícia Federal indiciou o ex-Presidente Jair Bolsonaro pelos crimes de associação criminosa e inserção de dados falsos no sistema de informação, no caso que apura a falsificação de certificado de vacina da COVID-19. Isso é grave, é gravíssimo, para quem era Chefe de Estado.

O indiciamento significa, na prática, que a Polícia entendeu que já há elementos suficientes para apontar responsáveis por um crime. Por isso, o caso segue agora para o Ministério Público Federal.

Espero que seja encaminhada a denúncia à Justiça, e não ao arquivo, porque a sua missão e covardia, crueldade, levou à morte milhares e milhares de brasileiros. Ele pessoalmente expôs a vida de muitas pessoas, Sr. Presidente. Ele não colocou em risco somente o povo brasileiro, não. Quando ele falsificou o cartão de vacina, comprovando que estava vacinado, ele colocou em risco outros chefes de Estado com os quais ele esteve. Para os países que obrigavam a ter o cartão de vacina e o comprovante da sua vacinação, ele mentiu. Ele mentiu para outros chefes de Estado, ele mentiu para muitas outras nações.

Por isso, tem que avançar. Ele tem que ser responsabilizado por esse crime

cometido, pela associação criminosa e inserção de dados falsos em sistema de informações. O Cid afirmou que entregou o certificado de vacina falsa em mãos ao Bolsonaro. Ele confirma que foi pedido de Bolsonaro. O IP do computador que imprimiu o certificado falso é do Palácio da Alvorada. Então, foi com a negação da vacina que ele levou à morte tantos, e por *fake news*, por essa negação, ele tem que ser condenado e preso. Esse é um dos processos — um. Espero que os outros avancem e essa pessoa que fez tanto mal ao País, promovendo morte, ódio, desmonte do Estado brasileiro, seja responsabilizada pelos seus crimes.

Obrigado, Presidente. Peço que divulgue meu pronunciamento no programa *A Voz do Brasil* e nos demais meios de comunicação desta Casa.

Documento 5/18

34.2024	Sessão Ordinária - CD	20/03/2024-15:28
Publ.: DCD - 21/03/2024	Reimont-PT -RJ	
-	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

O Deputado criticou a gestão anterior e defendeu a necessidade de reconstrução do País após os impactos da pandemia. Ele acusou a extrema Direita de buscar anistia para envolvidos em atos antidemocráticos, enquanto defendem o projeto sobre a extinção das "saidinhas" de presos. Destacou também a abertura de seis institutos federais em áreas periféricas do Rio de Janeiro como uma medida para promover educação nas regiões carentes.

O SR. REIMONT (Bloco/PT - RJ. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero cumprimentá-lo, as Deputadas e os Deputados, os trabalhadores da Câmara Federal, e cumprimentar o povo que, em algum momento, possa estar nos assistindo, assistindo a este debate de ideias.

Fico imaginando e agradecido porque, de fato, isto aqui é uma bolha; na verdade, as pessoas não se pautam pelos discursos que fazemos aqui. Temos que ter clareza disso. Defendemos nossos pontos de vista, mas isso muito pouco tem impactado a vida do nosso povo. O que impacta a vida do nosso povo, verdadeiramente, é a política pública que chega lá, e não os nossos discursos.

Quando falam do Governo do Presidente Lula, dizem que ele caiu nas pesquisas, que o motivo não é a comunicação, que o Governo do Presidente Lula precisa acertar, que agora vamos ajudar o Governo do Presidente Lula; na

verdade, precisamos colocar o que está acontecendo com o Governo do Presidente Lula.

Quero lembrar que há um compromisso, primeiramente, de reconstrução, porque os últimos 4 anos foram de destruição. Nós nunca poderemos nos esquecer de 700 mil vidas ceifadas por conta da irresponsabilidade do ex-Presidente da República e de seus Ministros da Saúde. Mataram mais de 700 mil vidas — mortes que poderiam, muitas delas, ser evitadas, caso houvesse, minimamente, respeito daquele que desgovernou o País durante 4 anos.

Hoje vamos votar um projeto polêmico, a discussão das "saidinhas". O pessoal da Direita e da Extrema Direita vive dizendo: "*ah, queremos ver como a Esquerda se posiciona, porque somos favoráveis*", mas estão clamando por anistia. Isso é contraditório, filosoficamente contraditório, porque querem barrar a "saidinha", e não querem que Bolsonaro e seus asseclas vão para a Papuda ou para outro presídio, porque no dia 8 de janeiro eles destruíram — precisamos ter, pelo menos, brilho nos olhos e entender que eles destruíram — a nossa Casa, destruíram o Senado Federal, destruíram o STF, destruíram o Palácio do Planalto, tentaram botar fogo em Brasília, acabar com tudo. Já tinham feito isso no dia da diplomação do Presidente Lula e na véspera do Natal, ao tentar explodir um ônibus perto do aeroporto. São criminosos, e a Justiça precisa dar conta disso.

Aqui estão reclamando da "saidinha", mas estão quase chorando para pedir anistia, e pedem anistia não só para aqueles coitados que, às vezes, foram manobrados e estiveram nos QGs.

Ao fundo, ao fundo, vocês estão pedindo anistia para vocês mesmos, porque muitos de vocês estão comprometidos com os atos antidemocráticos, que beiraram o fascismo, do dia 8 de janeiro de 2023. Esta é a verdade escancarada.

Quanto ao Governo do Presidente Lula, quero trazer notícias do meu Estado, Deputado Vicentinho, e dizer que ganhamos seis institutos federais. Imaginam onde? No Complexo do Alemão, na Cidade de Deus, na cidade de São Gonçalo, na cidade de Magé, na cidade de Belford Roxo — tudo periferia — e um em Teresópolis, na região serrana. Portanto, este é um Governo que olha não só para a educação, mas para uma educação como direito dos pobres.

Documento 6/18

34.2024	Sessão Ordinária - CD	20/03/2024-19:00
Publ.: DCD - 21/03/2024 -	Cabo Gilberto Silva-PL -PB	
	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

O Deputado orientou a bancada na votação da Emenda de Plenário nº 1 apresentada ao Projeto de Lei nº 5.174, de 2023, que institui o Programa de Aceleração da Transição Energética (PATEN). Na oportunidade, criticou o Governo Lula pela gestão na saúde pública, no combate à dengue e na capacidade em lidar com a pandemia de coronavírus.

O SR. CABO GILBERTO SILVA (PL - PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, a Oposição é "sim".

Agora, quero deixar claro para o povo brasileiro o que está acontecendo na saúde pública. Vemos o desgoverno Lula apanhando como nunca de uma doença que todos nós já conhecemos, a dengue, que está há décadas contaminando e matando a população brasileira. Ele está batendo cabeça, não sai do canto. Isso é um desrespeito à saúde pública e ao povo brasileiro. Imaginem se o descondenado Lula e seu Governo, ou melhor, desgoverno, tivessem enfrentado a pandemia de uma doença desconhecida como foi a do coronavírus. Imaginem o desastre que teria sido para a população brasileira.

Deixo aqui o nosso repúdio à ação do desgoverno Lula, da Ministra da Saúde e de todo o seu desgoverno, que atrapalha a vida do cidadão, não cuida e não vacina.

Lula, você é uma vergonha para o Brasil!

Documento 7/18

35.2024	Sessão Ordinária - CD	21/03/2024-10:20
Publ.: DCD - 22/03/2024	Duarte Gonçalves Jr-REPUBLICANOS -MG	
-	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

O Deputado destacou a importância do Projeto de Lei Complementar nº 21, de 2023, de autoria da Deputada Professora Luciene Cavalcante, que visa descongelar a contagem do tempo de período aquisitivo de parte dos servidores públicos, especialmente durante a pandemia. Ele ressaltou a relevância de restabelecer os direitos desses profissionais e solicitou urgência na pauta do projeto. Além disso, em homenagem ao Dia Internacional de Luta pela Eliminação da Discriminação Racial, ele propôs que o jogador de futebol Vinicius Jr. fosse agraciado com a Medalha Mérito Legislativo, em reconhecimento à sua luta contra o racismo.



O SR. DUARTE GONÇALVES JR (Bloco/REPUBLICANOS - MG. Sem revisão do orador.) - Presidente, trago aqui um assunto que me chama muito a atenção. Recebi esse pedido de um amigo Vereador da cidade de Itabirito e fui entender como esse projeto tem se desenvolvido aqui na Casa.

Queria iniciar levando esta informação, que é muito pertinente a todos os servidores do Brasil, em especial aos de Minas Gerais, informando que esse projeto já passou por todas as Comissões, por último agora na Comissão de Constituição e Justiça. É o projeto que trata do descongelamento da contagem do tempo de período aquisitivo de parte dos servidores, na época da pandemia. Refiro-me ao Projeto de Lei Complementar nº 21, de 2023, apresentado pela Deputada Federal Professora Luciene Cavalcante, colega, com quem fiz contato. Essa passa a ser também uma pauta que defenderei.

É importante entender que todos os servidores públicos estão revestidos de seus direitos e fizeram por merecer. E, no período da pandemia, por uma infeliz decisão, congelaram direitos de parte dos servidores públicos, não permitindo a eles o que está consagrado na Constituição Federal. Graças a esse projeto de lei, podemos corrigir esse equívoco e voltar a permitir que esse profissional que tanto contribui dentro da administração pública tenha o seu direito respeitado.

Vários servidores da área de educação, saneamento básico, transporte, com essa proibição, esse congelamento de tempo de serviço, têm seus direitos prejudicados. Mas, com esse projeto de lei, nós vamos permitir que eles tenham os seus direitos restabelecidos, podendo voltar a ser contado o tempo de biênio, triênio, quinquênio, férias-prêmio, licença-prêmio, que são direitos dos servidores.

Eu queria, mais uma vez, reafirmar a todos os servidores do meu Estado que estarei, sim, defendendo que se pautar, o mais rápido possível, esse projeto na Casa. Já solicitamos ao nosso Presidente, o Deputado Lira, que pautar esse projeto em plenário. Mas eu queria pedir a você que é servidor que marque o Presidente e solicite a ele a devida urgência. Já conseguimos superar toda a parte técnica da Casa, e, neste momento, precisamos pautar esse projeto. Conversei com grande parte dos Deputados, que é favorável a esse projeto, que brevemente poderá ser apreciado por esta Casa, a depender da Presidência. Então, vamos, sim, marcar o nosso Presidente Lira, para que ele possa pautar a matéria o mais rápido possível.

Queria também falar hoje, Presidente, desta data simbólica, do Dia Internacional de Luta pela Eliminação da Discriminação Racial, estabelecida pela ONU. E acho que nós temos um brasileiro que representa não só o povo brasileiro, mas toda a população mundial: o Vinicius Jr., que tem levantado a sua bandeira em defesa de todos os negros do nosso Brasil e do nosso mundo. Espero que esta Casa o homenageie com a Medalha Mérito Legislativo, por ele defender essa tão importante causa, que faz a diferença para todos nós.

Então, aqui também fica a minha saudação ao Vinicius Jr., que tem lutado tanto para que acabemos de vez com o racismo, que não deveria fazer parte da nossa história.

Sr. Presidente, peço que este pronunciamento conste no programa *A Voz do Brasil*, por favor.

Documento 8/18

35.2024	Sessão Ordinária - CD	21/03/2024-10:40
Publ.: DCD - 22/03/2024	Cabo Gilberto Silva-PL -PB	
-	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

O Deputado fez um apelo ao Congresso Nacional para que seja realizado um grande movimento em apoio ao PERSE (Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos), um programa de incentivo ao setor de eventos prejudicado pela pandemia. Ele destacou a importância de manter o programa para incentivar a economia, o emprego e a renda em todo o país, especialmente na Paraíba. Ele convocou a participação de todos os Parlamentares e da população brasileira, independentemente de filiação partidária, para pressionar a Câmara dos Deputados a apoiar o PERSE.

O SR. CABO GILBERTO SILVA (PL - PB. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu venho fazer um apelo ao Congresso Nacional, para, no próximo dia 27 de março, às 10 horas, neste plenário, fazermos um grande movimento em apoio ao PERSE — Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos, programa de incentivo ao setor de eventos, tão prejudicado durante a pandemia e com o qual, infelizmente, o desgoverno Lula quer acabar.

Depois da pressão no Senado Federal, ele recuou. Agora, a pressão precisa ser na Câmara dos Deputados, que representa 200 milhões de brasileiros, para que possamos dar esse gesto ao setor, tão prejudicado, Sr. Presidente. É importante que a população brasileira compareça, principalmente as pessoas que moram aqui na Capital Federal e todos os Parlamentares, independentemente de partido, seja de esquerda, de direita, de centro. O importante é manter o programa, para incentivar a economia, incentivar o emprego e a renda em toda parte do País, em especial na minha querida Paraíba.

Obrigado, Presidente.

35.2024

Sessão Ordinária - CD 21/03/2024-17:12

Publ.: DCD - 22/03/2024 - Luiz Lima-PL -RJ

ENCERRAMENTO

DISCURSO ENCAMINHADO
DISCURSO

Sumário

O Deputado abordou a posição do Brasil no ranking de saúde mental, exacerbada pela pandemia. Ele ressaltou a importância do papel proativo do Parlamento na promoção da saúde mental, enfatizando a necessidade de aprimorar e ampliar as políticas públicas, criar espaços de diálogo e participação social, fortalecer a educação em saúde mental e defender os direitos das pessoas com transtornos mentais. Concluiu com um apelo para que todos se unam na construção de uma sociedade mais saudável e acolhedora para todos os cidadãos brasileiros.

DISCURSO NA ÍNTEGRA ENCAMINHADO PELO SR. DEPUTADO LUIZ LIMA (SEM REGISTRO TAQUIGRÁFICO).

Excelentíssimo Presidente, Nobres colegas,

O Brasil aparece em posição nada favorável no ranking TheMental State oftheWorld, publicado no começo do mês pela plataforma neurotech Sapien Labs e que mapeia a qualidade da saúde mental ao redor do globo. No total dos 71 países inclusos, o Brasil aparece em 4ª posição entre os piores, com nota 53 de um total de 110. Opaíssupera apenas África do Sul (50), Reino Unido (49) e Uzbequistão (48), e empata com o Tajiquistão. Brasileiros estão entre os que mais relatam sentirstress e dificuldades com a parte mental de sua saúde (são 34% dos respondentes no país).

A saúde mental é um pilar fundamental do bem-estar e da qualidade de vida de uma sociedade. No entanto, historicamente, tem sido negligenciada e estigmatizada em muitos contextos. No Brasil, não é diferente. Estamos diante de uma crise silenciosa, que afeta milhões de pessoas em todas as faixas etárias, classes sociais e regiões do país.

Os desafios são enormes. Estamos enfrentando uma pandemia que exacerbou ainda mais os problemas de saúde mental, com o aumento dos níveis de ansiedade, depressão, estresse e outras condições psicológicas. A falta de acesso a serviços de saúde mental

adequados e a escassez de profissionais qualificados são apenas algumas das barreiras que dificultam o cuidado e o tratamento das pessoas que mais precisam.

Diante desse cenário, é imprescindível que o Parlamento assuma um papel proativo na promoção da saúde mental dos brasileiros. Este é um compromisso que transcende partidos políticos e ideologias, pois diz respeito ao bem-estar coletivo e à construção de uma sociedade mais justa e solidária.

Primeiramente, é necessário que sejam aprimoradas e ampliadas as políticas públicas voltadas para a saúde mental, com a alocação de recursos adequados e a criação de programas eficazes de prevenção, diagnóstico e tratamento. Isso inclui a expansão da rede de atenção psicossocial, a capacitação de profissionais da saúde e a promoção de campanhas de conscientização e combate ao estigma.

Além disso, é fundamental que sejam criados espaços de diálogo e participação social, nos quais as pessoas com experiência em saúde mental, seus familiares e representantes da sociedade civil possam contribuir ativamente para a formulação e implementação de políticas públicas mais inclusivas e humanizadas.

Outro ponto crucial é o fortalecimento da educação em saúde mental nas escolas e universidades, capacitando crianças, adolescentes e jovens para lidar de forma saudável com suas emoções, prevenir o bullying e o cyberbullying, e buscar ajuda quando necessário.

Por fim, é importante ressaltar a importância da atuação parlamentar na defesa dos direitos das pessoas com transtornos mentais, garantindo o respeito à sua dignidade, autonomia e integridade, e lutando contra qualquer forma de discriminação e violência.

Em resumo, o Parlamento tem o dever moral e político de colocar a saúde mental no topo da agenda nacional, assegurando que todos os brasileiros tenham acesso a serviços de qualidade e que sejam tratados com dignidade e respeito. Este é um desafio que exige ação urgente e comprometimento de todos nós.

Que possamos, juntos, construir uma sociedade mais saudável e acolhedora para todos os cidadãos brasileiros.

Muito obrigado

42.2024	Sessão Ordinária - CD	26/03/2024-16:08
Publ.: DCD - 27/03/2024	Rogério Correia-PT -MG	
-	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

O Deputado criticou o pedido de vista de parlamentares bolsonaristas, de Direita, que teve a finalidade de adiar a votação do Parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) sobre a manutenção da prisão do Deputado Federal Chiquinho Brazão, mandante do assassinato da ex-Vereadora Marielle Franco. Ademais, condenou a tentativa de fuga do ex-Presidente da República Jair Bolsonaro para a Embaixada da Hungria, a falsificação do cartão de vacinação, o roubo das joias e a tentativa de golpe de Estado.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, estava eu aqui intrigado, porque acabo de saber que a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, através de Deputados da Direita e bolsonaristas — só podia ser —, pediu vista do parecer apresentado pelo Relator do caso que trata da continuidade da prisão do Deputado Chiquinho Brazão. Eles pediram vista, e isso significa que nós não podemos votar a continuidade da prisão hoje à noite. E ele terá aí duas sessões, ou 72 horas, para o relatório ainda ser apreciado na Comissão de Constituição e Justiça.

Então, o discurso da ultradireita cai por terra, porque estão tentando ajudar o Chiquinho Brazão neste caso, senão não teriam pedido vista na Comissão de Constituição e Justiça. E eu aqui intrigado com o que pode acontecer, se ele terá que ser liberado, porque nós não aprovamos a continuidade da prisão.

Mas, felizmente, parece que esse é um crime continuado. Como foi flagrante de um crime continuado, o entendimento jurídico é de que ele continua preso. Mas vejam a irresponsabilidade que têm esses Deputados da extrema direita ao tentar ajudar alguém com um pedido de vista feito pelo Partido Novo e também um outro feito pelo Republicanos, que é também bolsonarista.

Então, é o que nós vemos: a irresponsabilidade é completa. Da mesma forma que para aquele que rasgou a placa de Marielle, para eles Marielle realmente não valia nada. Durante as eleições, aquele que também foi cassado aqui, Daniel Silveira, outro bolsonarista, foi quem rasgou a placa de Marielle, ofensivamente contra ela. Isso é apenas para dizer que a mentira bolsonarista

que eles usam de *fake news* não consegue sobreviver à realidade dos fatos.

Eu iria até utilizar a tribuna hoje para comentar outro fato, que é a tentativa de fuga ou de asilo em embaixada do ex-Presidente Jair Bolsonaro. Que coisa feia!

Ele foi à Embaixada da Hungria, mas não pensem que era apenas para se refugiar. Como disse o Presidente Lula, é também porque ele é um covardão. Ele quer de lá, ou queria de lá, ficar insuflando a desordem, a instabilidade política no Brasil, que foi o que ele fez durante 4 anos para tentar um autogolpe e depois, no 8 de janeiro, para tentar um golpe. Esse é o *modus operandi* de Jair Bolsonaro e do bolsonarismo.

Ele agora já é culpado por falsificar cartão de vacina. Isso é grave! Falsificar cartão de vacina durante a pandemia! Ou seja, quis dizer que a pandemia não valia nada e que as pessoas podiam morrer, como morreram. Se dependesse dele, mais teriam morrido. Ele será agora indiciado pelo roubo das joias, não tenham dúvida disso. Posteriormente, será pela tentativa de golpe. Só pela tentativa de golpe são 29 anos de cadeia, segundo o cálculo que fez a CPMI.

As coisas só se agravam para o fugitivo que fugiu para a Embaixada da Hungria, na qual tem um premier neofascista e racista que não quer mistura na Hungria.

Esse é o bolsonarismo, Presidente.

Documento 11/18

42.2024	Sessão Ordinária - CD	26/03/2024-17:28
Publ.: DCD - 27/03/2024 -	Cabo Gilberto Silva-PL -PB	
	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de urgência para apreciação do Projeto de Lei nº 5.813, de 2023, que dispõe sobre os contratos especiais de estágio de aprendizagem destinados a pessoas com transtorno do espectro autista. Também criticou a Ministra da Saúde e o Governo Lula pela gestão da dengue, apesar de décadas de conhecimento sobre a doença. Ele comparou a situação com a pandemia de coronavírus, insinuando que o Brasil estaria em pior estado se tivesse ocorrido sob o Governo Lula.

O SR. CABO GILBERTO SILVA (PL - PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PL orienta "sim", tendo em vista a responsabilidade

com essa doença, principalmente. O número de casos dessa doença vem crescendo assustadoramente no nosso País. A pandemia adiantou muito esse processo.

Vale salientar que a Ministra da Saúde, que está mais perdida que cego em tiroteio, e o desgoverno Lula, que está mais perdido que cego em tiroteio, estão enfrentando uma doença conhecida da população brasileira há décadas, que é a dengue, e estão perdendo, e perdendo feio. Não há vacina, a doença avança, as mortes avançam. Eu quero ver quem vai chamar o desgoverno Lula de "genocida". São dois pesos e duas medidas.

Eu pergunto ao senhor cidadão que está em casa nos assistindo: imagine se este Governo pegasse uma pandemia de uma doença desconhecida, como estaria o Brasil hoje, com o descondenado Lula à frente da Nação? Como estaríamos se fosse o coronavírus, como foi 3 anos atrás?

O voto do PL é "sim".

Documento 12/18

43.2024	Sessão Ordinária - CD	27/03/2024-10:12
Publ.: DCD - 28/03/2024 -	Gilson Daniel-PODE -ES	
	COMISSÃO GERAL	COMISSÃO GERAL DISCURSO

Sumário

O Deputado discursou na Comissão Geral com a finalidade de debater os impactos para o setor do turismo, hotéis e eventos com a publicação das Medidas Provisórias nº 1.202, de 2023, e nº 1.208, de 2024, que determinam a extinção do Programa Emergencial da Retomada do Setor de Eventos (PERSE). Agradeceu aos presentes e destacou a importância do programa para os setores de turismo, hotéis e eventos, especialmente em meio à crise da COVID-19. Criticou a revogação do PERSE pelas medidas provisórias, ressaltando a necessidade de estabilidade nas leis e participação democrática. Defendeu a manutenção do programa para impulsionar a recuperação econômica.

O SR. GILSON DANIEL (Bloco/PODE - ES) - Sejam todos bem-vindos à nossa sessão plenária.

Primeiramente, eu quero cumprimentar as Srs. Deputadas, os Srs. Deputados, os Senadores presentes, os técnicos que representam aqui as entidades dos setores de turismo, eventos, hotelaria, todos os convidados. Sejam todos muito

bem-vindos à Casa do Povo brasileiro!

Quero agradecer à Mesa desta Casa e, de forma especial, ao Presidente Arthur Lira, que prontamente autorizou a transformação da sessão plenária em Comissão Geral, a fim de debatermos os impactos nos setores de turismo, hotéis e eventos, com a publicação das Medidas Provisórias nºs 1.202, de 2023, e 1.208, de 2024, que determinam a extinção do Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos.

Hoje estamos aqui, no Plenário da Câmara dos Deputados, unidos em Comissão Geral, para reivindicar medidas abrangentes e concretas do Governo envolvendo os Ministérios do Turismo e da Fazenda e todos os órgãos federais competentes para a manutenção do PERSE.

Antes de falar da importância da manutenção do programa emergencial, enquanto Presidente da Frente Parlamentar Mista da Hotelaria Brasileira, irei falar um pouco sobre o nosso papel e sobre o absurdo cometido pelas Medidas Provisórias nºs 1.202 e 1.208. Na verdade, elas são medidas permanentes, por revogarem definitivamente o incentivo fiscal do PERSE.

A nossa missão, enquanto Parlamentares, representantes do povo brasileiro, é lutar incansavelmente para defender os interesses daqueles que nos elegeram, é transformar em realidade os desejos da população, seja pela criação e modificação das leis, seja pela fiscalização de tudo aquilo que diz respeito aos interesses dos cidadãos.

Senadores e Deputados, nós não somos os únicos legisladores. O povo é o legislador supremo, pois tem o poder de criticar, sugerir, aplaudir ou condenar as matérias que chegam aqui, bem como os seus atores políticos. Os cidadãos não podem ser surpreendidos por decisões imperialistas, instantâneas ou desprovidas de discussão, como foi o caso das medidas provisórias. O povo quer participação, quer ser respeitado, e é isso o que estamos defendendo aqui hoje, lutando para que as "desmedidas" provisórias nºs 1.202 e 1.208, que impactam fortemente os setores de turismo e hotelaria, não prosperem e não sejam apreciadas pelo Congresso Nacional.

O termo "desmedida" provisória foi utilizado pelo nosso saudoso Ulysses Guimarães, enquanto defendia a regulamentação do art. 62 da Constituição Federal, sobre a proibição de reedição ilimitada de medidas provisórias, pois elas acabam se tornando desmedidas.

Comungo das ideias de Ulysses quando ele diz que o Congresso Nacional vez ou outra funciona como um pronto-socorro e tenta salvar vítimas de arbitrariedades das "desmedidas" provisórias, ao tentar minorar as suas lesões.

Hoje estamos exatamente diante de uma situação dessas. Ou o Congresso Nacional age e dá o remédio capaz de ressuscitar o PERSE, ou somente faz o tratamento paliativo, de forma que ele vá sobrevivendo, ainda não sabemos



como.

O Governo fala em enviar um projeto de lei com urgência constitucional para o Congresso Nacional, que, pela experiência que nós temos, poderá ser votado às pressas, sem a participação da sociedade, atropelando as reais necessidades dos setores envolvidos. Os projetos votados na data de ontem aqui são projetos feitos na correria, como o projeto da Lei de Falências, por exemplo. Sobre a Lei de Falências, as discussões anteriores demoraram 10 anos, 14 anos, e a de ontem demorou 9 dias.

Eu pergunto aos nobres Parlamentares e a todos os presentes: esse projeto será capaz de manter o PERSE ativo ou em estado vegetativo, sobrevivendo? Não sabemos. Temos a certeza de que queremos a manutenção do PERSE nos moldes do que foi aprovado pelo Congresso Nacional, podendo, sim, passar por ajustes e revisão, como qualquer outra lei já em vigor, mas com uma distinta discussão por todos, e é o que nós estamos fazendo aqui hoje. Estamos abrindo e fazendo esse debate importante sobre o PERSE.

O fato é que as medidas provisórias têm um efeito imediato e não precisarão delas dentro do prazo estipulado constitucionalmente, farão com que elas realmente tenham efeitos provisórios, e não permanentes, como elas poderão ter, porque precisarão ser votadas.

Não podemos permitir que uma lei aprovada pelo Congresso Nacional, com os vetos derrubados por esta Casa, em conjunto com o Senado Federal, seja revogada por uma aberração jurídica, política, social e econômica.

Para que não parem dúvidas, sou completamente a favor do uso das medidas provisórias enquanto delegação permitida constitucionalmente, em situação de relevância e urgência, que não é o caso do PERSE, todos sabem disso, mas sou indignadamente contra o abuso de medidas provisórias, ato que configura prática revogatória a fundamentos democráticos — e nós votamos o projeto do PERSE no Congresso Nacional —, principalmente quando vemos que o único objetivo delas é revogar as leis e os dispositivos que foram amplamente debatidos, discutidos, refletidos e aprovados pelas Casas e pelo Poder Legislativo.

Antes de finalizar a minha fala sobre os efeitos permanentes das medidas subvertidas pela provisoriedade dos temas mais caros, que irão impactar diretamente a vida de toda a sociedade brasileira, dirijo-me ao Presidente Lula e ao Ministro da Economia, Fernando Haddad, para dizer que o Brasil precisa de estabilidade em suas leis, de estudos abertos sobre os seus impactos verdadeiramente fundamentados, porque todos nós que participamos dessas discussões já vimos que os números são diferentes: a Câmara tem um número, os setores têm um número, e o Governo tem outro número. O Brasil precisa de estabilidade em suas leis e clama por essa estabilidade e pelo fortalecimento das instituições.



Agora quero falar sobre a importância de defendermos a manutenção do PERSE em nosso ordenamento jurídico. Estamos hoje unidos, Parlamentares de todos os partidos políticos, convictos de que o PERSE não tem ideologia, pois ele nasceu em meio a um cenário de incertezas e de ruptura do cotidiano, provocado pela COVID-19, e da necessidade de compensar os efeitos decorrentes das medidas de isolamento e da quarentena durante a pandemia.

O programa, durante a pandemia, foi essencial para trazer fôlego, nesse pós-pandemia, necessário para os setores de evento, turismo e hotelaria, diretamente impactados pelo coronavírus. No entanto, o programa demonstra-se igualmente necessário neste período pós-pandemia, para a recuperação e o impulsionamento do setor envolvido, que hoje representa 4,5% do PIB brasileiro.

Acreditamos que, com essa medida, com a qual o Governo trabalha para acabar, o programa pode parar um ciclo de investimentos e agravar a situação dos empreendedores brasileiros, que carregam um endividamento desde a pandemia, que foi parcelado ao longo dos anos. E consta que o PERSE não só é para quitar esses compromissos, mas também para continuar trabalhando.

Por isso, amigos e amigas, esta Comissão Geral é uma oportunidade ideal para demonstrarmos a importância deste programa para o setor de turismo, hotéis e eventos.

Para finalizar, gostaria de destacar que, desde a publicação da Medida Provisória nº 1.202, de 2023, tenho defendido que o PERSE não poderia sequer sofrer retrocesso, quem dirá ser extinto, muito pelo contrário. Ao final de sua vigência, poderíamos estudar avanços, aprimorá-lo, de forma que ele viesse a se tornar um programa fixo de Governo, capaz de alavancar esse setor, que tanto carece de atenção.

Antes de passar a palavra aos técnicos e convidados das entidades representativas, que poderão apresentar estudos encomendados pelos setores impactados pela edição da medida provisória e defender, com propriedade, a manutenção deste importante programa emergencial para o fortalecimento do turismo, a receptividade brasileira, iremos agradecer a todos os Parlamentares.

Agradecemos ao Deputado Felipe Carreras, que gostaria de estar aqui, mas, infelizmente, está de atestado.

Daqui a pouco, nós teremos também a apresentação da Deputada Renata Abreu, que foi a Relatora do PERSE.

Faço também o nosso agradecimento à Senadora Daniella Ribeiro, que foi Relatora no Senado Federal.

A nossa Comissão Geral inicia agora essa discussão, agradecendo, mais uma

vez, a participação de todos.

Nós estamos trabalhando fortemente para a manutenção do PERSE, que não é só lucro presumido. Nós precisamos ter lucro real, e todos sabem disso. A maioria das empresas desse setor é de lucro real, não é de lucro presumido. E eu posso falar isso como contador.

Então, sejam todos muito bem-vindos à Casa do Povo para essa discussão tão importante para a geração de emprego e renda no nosso País.

"Sim" ao PERSE!

Obrigado.

Documento 13/18

43.2024	Sessão Ordinária - CD	27/03/2024-11:40
Publ.: DCD - 28/03/2024 -	Dr. Victor Linhalis-PODE -ES	
	COMISSÃO GERAL	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

O Deputado discursou na Comissão Geral para debater os impactos para o setor do turismo, hotéis e eventos com a publicação das Medidas Provisórias nº 1.202, de 2023, e nº 1.208, de 2024, que determinam a extinção do Programa Emergencial da Retomada do Setor de Eventos (PERSE). Parabenizou o setor de eventos e de hotelaria pela manutenção dos empregos, pela resiliência durante a pandemia do coronavírus e pela mobilização em prol da manutenção do PERSE. Reforçou o apoio de sua bancada parlamentar em defesa da manutenção do PERSE como medida fundamental de fomento para o setor de turismo. Além disso, sustentou que o PERSE não prejudica a arrecadação de tributos, contestando dados e informações em sentido contrário.

O SR. DR. VICTOR LINHALIS (Bloco/PODE - ES) - Bom dia, senhoras e senhores.

Presidente, queria inicialmente agradecer a todo o setor a presença na Casa. Sou Deputado do Estado Espírito Santo, colega de bancada do Deputado Gilson Daniel, que tem conduzido a Liderança da Frente Parlamentar e lutado com a Presidente do Podemos, Deputada Renata Abreu, para que nós não permitamos que essa injustiça ocorra no Brasil.

Injustiça, por quê? Porque em momento de muita luta, de grande dificuldade do setor, vocês escolheram manterem-se em pé. Enquanto muita gente fechou

as portas e muitos setores sucumbiram, vocês escolheram ir contra a lógica, mantendo os empregos, mantendo o desenvolvimento, mantendo de forma inimaginável alguns eventos — as *lives* eram exemplo disso —, reinventando a estrutura de hotelaria e dos eventos.

A prova de que vocês estão cada vez mais fortes, em detrimento da pandemia, é esta Casa, é este plenário cheio. É raro uma audiência com o quórum que nós temos hoje. Isso mostra união, capacidade de relacionamento e amor pelo setor.

Nós Deputados só temos uma coisa a dizer: parabéns a todo o setor que faz e promove eventos no Brasil!

(Palmas.)

Depois que passaram as crises e as lutas, agora vêm economistas muito sábios com balela, com números sem consistência alguma, tentar derrubar um programa exitoso, que gerou milhões de empregos no Brasil, que manteve a economia ativa, fazendo um discurso fácil, de que hoje o PERSE é um problema para a Nação, porque atrapalha a arrecadação.

Atrapalhar a arrecadação é gerar desemprego. Atrapalhar a arrecadação é não ter condição de promover eventos, desenvolver o turismo no País, e nosso potencial turístico é enorme. Isso é atrapalhar a arrecadação. Não é fazer fomento comercial, como nós temos através do PERSE.

Então, contem com a nossa bancada, contem com este Deputado sempre em luta a favor do setor.

Eu quero ver quem comprova os números, porque cada dia aparece um número diferente, pelo tamanho da inconsistência dos sistemas e das contas apresentadas. Essa narrativa não se sustenta. O que se sustenta é o que o olho vê, é o número de empregos gerados, é o número de eventos rodando, é o número de hotéis trabalhando e o Brasil sendo mencionado no planeta inteiro.

No mais, Deus abençoe vocês. Um forte abraço!

Documento 14/18

43.2024	Sessão Ordinária - CD	27/03/2024-11:48
Publ.: DCD - 28/03/2024 -	Laura Carneiro-PSD -RJ	
	COMISSÃO GERAL	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

A Deputada discursou na Comissão Geral para debater os impactos para o setor

do turismo, hotéis e eventos com a publicação das Medidas Provisórias nº 1.202, de 2023, e nº 1.208, de 2024, que determinam a extinção do Programa Emergencial da Retomada do Setor de Eventos (PERSE). Destacou a relevância do investimento em turismo realizado pela cidade do Rio de Janeiro (RJ). Criticou a destinação dos recursos do PERSE às empresas de aviação, uma vez que seu objetivo inicial era favorecer o setor hoteleiro e de eventos, que foram mais prejudicados pela pandemia do coronavírus. Reforçou o seu apoio e do PSD ao PERSE.

A SRA. LAURA CARNEIRO (Bloco/PSD - RJ) - Sr. Presidente, quero parabenizar V.Exa. pela realização desta sessão.

Agradeço a cada um que, neste momento, vem defender o Brasil. Eu sou da cidade do Rio de Janeiro, como as pessoas sabem. No Rio de Janeiro, nós não viveríamos sem investimento no turismo. E, mesmo com o investimento que já há, se houvesse mais, poderíamos viver ainda melhor.

Eu conversava com o Deputado Paulo Octávio, nosso companheiro de bancada e de partido, e dizia a ele: "*A grande questão do PERSE não foi o trabalho desenvolvido por esta Casa, não é o medo do Governo em continuar investindo nesse setor, mas como isso se deu*". Os recursos que deveriam ser só para os hotéis e para o setor de eventos — que foi o que mais sofreu, infinitamente, na pandemia — foram para as empresas de aviação. Essa é uma concorrência desleal. O dinheiro que era para vocês foi dividido entre muitos.

(Palmas.)

Não tenho nada contra as empresas de aviação, embora os preços das passagens não diminuam, o que acaba prejudicando vocês também. Não tenho nada contra elas. Mas a verdade, Sr. Presidente, é que o recurso destinado às empresas de aviação deveria ser outro, e não o mesmo que é dado para vocês, que criam empregos, geram renda, transformam o Brasil, desenvolvem a cidade do Rio de Janeiro e tantas outras do País.

Contem com o mandato de Laura Carneiro e com o PSD, na certeza de que nós estaremos, Deputado, defendendo o PERSE. Não é só por vocês, mas é pelo Brasil. Não é só por vocês, mas é por milhares de pessoas que vocês empregam no País.

Muito obrigada a todos.

Sumário

O Presidente do Sistema Integrado de Parques e Atrações Turísticas (SINDEPAT) discursou na Comissão Geral para debater os impactos para o setor do turismo, hotéis e eventos com a publicação das Medidas Provisórias nº 1.202, de 2023, e nº 1.208, de 2024, que determinam a extinção do Programa Emergencial da Retomada do Setor de Eventos (PERSE). Defendeu a importância do setor de parques e atrações turísticas para o desenvolvimento do turismo, a geração de empregos, o desenvolvimento regional e a distribuição de renda, destacando os prejuízos sofridos pelo setor durante a pandemia do coronavírus. Sustentou a relevância do PERSE para fomentar a cadeia produtiva do turismo, que envolve mais de 50 atividades econômicas. Argumentou que o PERSE precisa ser fiscalizado e não reduzido, conclamando os parlamentares a defenderem tanto o PERSE quanto o investimento em turismo.

O SR. MURILO PASCOAL - Bom dia a todos.

Bom dia, Deputado Gilson Daniel. Muito obrigado pelo convite, pela oportunidade de estar aqui e de falar para os senhores sobre o PERSE.

Eu falo aqui em nome do setor de parques e atrações turísticas. Desempenhamos um papel crucial no fomento da indústria do turismo, porque, muito além das expectativas memoráveis que oferecemos, geramos empregos, distribuimos renda e promovemos o desenvolvimento regional, preservando o meio ambiente, matéria-prima de muitos dos nossos parques, e contribuindo para a diversificação da economia, sempre com muito investimento.

Assim como todo o setor de turismo e eventos, é inegável que fomos severamente impactados pela pandemia, permanecendo por muitos meses fechados. As perdas financeiras atingiram empresas e trabalhadores de todo o setor. Parques e atrações são alavanca do turismo em diversas regiões do País, de norte a sul. Temos exemplos bem concretos disso, como Penha, em Santa Catarina, transformada, nas últimas 3 décadas, pela instalação do Beto Carreiro; aqui no Centro-Oeste, o Hot Park, na região de Caldas Novas; Gramado, Foz do Iguaçu e tantos outros locais.

Demonstrada a relevância que os parques e atrações turísticas têm para o turismo nacional, quero agora destacar o que o PERSE fez, faz e ainda pode fazer pelo Brasil. Parques e atrações são um dos segmentos do turismo, formado por uma grande cadeia produtiva que inclui mais de 50 atividades econômicas. Essa cadeia produtiva é definida pelo SEBRAE como a articulação de um conjunto de atores capazes de oferecer produtos e serviços para atender à demanda do público final. Esse conjunto de atores forma um ecossistema no qual todos dependem, direta ou indiretamente, uns dos outros

para fazer a roda girar. Essa roda gira somente com o trabalho indissociável de todos os atores de grandes, de médias e de pequenas empresas juntas.

Vou exemplificar. Um turista que sai de São Paulo pega um avião e pode ir a um parque aquático, um *resort* ou um evento. Ele se hospedará em um *resort*, uma grande empresa, ou em uma pousada, uma pequena empresa. Para chegar lá, utiliza o táxi de um autônomo. Durante sua estada, vai almoçar em algum restaurante, pode ser grande ou pequeno, mas vai também comprar água de coco e um sorvete de um ambulante. Ele vai comer um pastel na barraca de praia, comprar algumas lembrancinhas, fazer um ou dois passeios na agência do receptivo e deixar gorjeta para a camareira. São esses e muitos outros os elos da nossa engrenagem e os atores que fazem o turismo acontecer. Muitas vezes, esses atores representam a população brasileira em condições sociais mais vulneráveis. Todos foram prejudicados pela paralisação do turismo e todos são beneficiados pelo PERSE.

O PERSE deve ser fiscalizado, e não reduzido. Queremos a fiscalização para que o PERSE seja mantido pelo período em que foi proposto, incluindo todas as empresas que têm direito à adesão. Comprovamos que o custo é muito aquém do apresentado pelo Ministério da Fazenda. É importante lembrar também que o PERSE gerou 20 bilhões de reais em transações fiscais para o Governo Federal.

Portanto, peço aos Srs. Parlamentares que apoiem integralmente o PERSE. Ao fazê-lo, estarão investindo no futuro do Brasil, optando pelo turismo na geração de empregos e no desenvolvimento econômico e social. Não podemos seguir sendo um país que perde oportunidades. A recuperação dos prejuízos que o PERSE proporciona é a grande oportunidade que os Srs. Congressistas têm de investir no turismo como já investiram no agronegócio. Os senhores verão que o turismo pode representar tanto quanto o agronegócio para a economia e o desenvolvimento do País. Contem conosco!

Muito obrigado.

Documento 16/18

43.2024	Sessão Ordinária - CD	27/03/2024-12:04
Publ.: DCD - 28/03/2024 -	José Medeiros-PL -MT	
	COMISSÃO GERAL	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

O Deputado discursou na Comissão Geral para debater os impactos para o setor do turismo, hotéis e eventos com a publicação das Medidas Provisórias nº 1.202, de 2023, e nº 1.208, de 2024, que determinam a extinção do Programa Emergencial da Retomada do Setor de Eventos (PERSE). Criticou aqueles que

defendiam o isolamento social e o fechamento do comércio durante a Pandemia do Coronavírus, destacando o prejuízo à economia. Censurou o Governo Federal pelos gastos públicos com a classe artística. Defendeu o respeito ao Parlamento, a responsabilidade do Governo com a economia e a manutenção do PERSE.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (PL - MT) - Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, foi dito o seguinte: "*Vamos parar, vamos fechar tudo, que a economia a gente vê depois*". Bom, chegou o momento de ver, chegou o depois.

Nós andávamos por todos os lugares neste País, por hotéis, pousadas, e víamos tudo fechado. Esse pessoal vendeu ilusão, e agora chegou a hora de pagar a conta. Eles têm que pagar a conta, eles precisam pagar a conta. Há rombo de tudo que é jeito hoje. Eles arrumam dinheiro para tudo o que é coisa, arrumam 16 bilhões para torrar com os artistas que batem lata para eles. O setor do eventos não está pedindo nem metade disso.

Então, é preciso que a Câmara dos Deputados, que o Poder Legislativo seja respeitado. Este projeto temos que colocá-lo de pé, por duas coisas: pela dignidade deste Parlamento e pela responsabilidade que este Governo tem que ter com a economia deste País.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Documento 17/18

43.2024	Sessão Ordinária - CD	27/03/2024-12:04
Publ.: DCD - 28/03/2024 -	Romero Rodrigues-PODE -PB	
	COMISSÃO GERAL	COMISSÃO GERAL DISCURSO

Sumário

O Deputado discursou na Comissão Geral para debater os impactos para o setor do turismo, hotéis e eventos com a publicação das Medidas Provisórias nº 1.202, de 2023, e nº 1.208, de 2024, que determinam a extinção do Programa Emergencial da Retomada do Setor de Eventos (PERSE). Destacou sua atuação parlamentar como Presidente da Comissão de Turismo em defesa da manutenção do PERSE. Ressaltou os prejuízos econômicos enfrentados pelos setores de eventos, hotelaria, bares e restaurantes durante a pandemia do coronavírus e destacou a importância desses segmentos para a geração de empregos e renda.

O SR. ROMERO RODRIGUES (Bloco/PODE - PB) - Deputado Gilson Daniel, primeiro, quero parabenizar V.Exa. pela feliz iniciativa de promover este importante debate, mais um debate que envolve todo o *trade* turístico nacional.

Quero abraçar a querida Deputada Renata Abreu, Presidente do meu partido, que foi, como todos sabem, de forma competente, a Relatora do projeto do PERSE nesta Casa, e o Manoel Linhares, que representa todo o setor de hotelaria do Brasil, o nosso querido Baixinho, que também se envolveu de corpo, alma e coração em mais um evento importante realizado no plenário desta Casa.

Gostaria de abraçar o Deputado Mersinho Lucena, do meu Estado da Paraíba, e, na pessoa dele, todos os Parlamentares desta Casa, e o Flávio Peruzzi, que sempre esteve conosco na Comissão de Turismo, da qual fui Presidente no ano de 2023, e representou muito bem, com competência e dedicação, o *trade* turístico nacional.

Em relação ao tema, especificamente, ao PERSE, todos sabem do nosso envolvimento, no ano passado, como falei, na condição de Presidente da Comissão de Turismo, em que foram necessárias a nossa ação, a nossa solidariedade, a nossa voz. Nós emprestamos tudo isso em favor, exatamente, da manutenção do PERSE no momento da votação do relatório no ano passado. Então, não vou me prolongar muito no tema. Quero muito para dizer, mais uma vez, que apoiamos a manutenção do PERSE.

É claro que estamos no aguardo da chegada do projeto de lei a esta Casa, ou de origem do Poder Executivo ou de origem do Poder Legislativo, para observarmos detalhadamente o tema. Vamos ter tempo para isso, vamos observar, *pari passu*, artigo por artigo. Terá um Relator também esta matéria, e vamos acompanhar exatamente o relatório, para oferecer o melhor de cada um de nós no sentido da manutenção do PERSE. Esta é a nossa palavra, é a nossa voz, é a nossa posição, em defesa desse segmento. Desde os pequenos, que são restaurantes, bares e similares, até os grandes empreendimentos, os eventos e assim sucessivamente, vamos tentar ajudar, na medida do possível, porque naturalmente compreendemos a importância do setor sob o aspecto da geração de receitas, de divisas, de renda para o Brasil, principalmente, pela manutenção dos empregos.

Eu estive na Prefeitura da minha querida cidade de Campina Grande no ano de 2020 e sei das dificuldades que o segmento, que o setor enfrentou, pela necessidade premente, é claro, de ter que fechar suas portas, principalmente os hotéis, os bares e restaurantes, os eventos. Portanto, compreendendo as dificuldades que foram enfrentadas, estamos aqui para ajudar na solução.

Pela manutenção do PERSE! Vivam os empregos no Brasil!

Um abraço a todos.

Muito obrigado.

Documento 18/18

43.2024	Sessão Ordinária - CD	27/03/2024-12:48
Publ.: DCD - 28/03/2024 -	RICARDO DIAS--- ---	
	COMISSÃO GERAL	COMISSÃO GERAL DISCURSO

Sumário

O Presidente da Associação Brasileira de Eventos (ABRAFESTA) discursou na Comissão Geral para debater os impactos para o setor do turismo, hotéis e eventos com a publicação das Medidas Provisórias nº 1.202, de 2023, e nº 1.208, de 2024, que determinam a extinção do Programa Emergencial da Retomada do Setor de Eventos (PERSE). Ressaltou que o setor enfrentou a pandemia com demora na retomada das atividades. Lembrou que os eventos envolvem uma cadeia de empresas e profissionais, incluindo autônomos e microempreendedores individuais (MEIs). Destacou a importância do PERSE para garantir a contratação de trabalhadores, o funcionamento das pequenas empresas, a distribuição de renda direta, a sobrevivência das empresas que sofreram com a paralisação e a depreciação de equipamentos. Concluiu fazendo um apelo para que não se retire o financiamento do PERSE, destacando seu papel na economia.

O SR. RICARDO DIAS - Senhoras e senhores, boa tarde.

Sou representante da entidade de eventos nacional. Nós representamos as empresas de todos os regimes tributários, sendo ele real, presumido, o Simples Nacional ou MEIs.

Nós contratamos todos os profissionais, contratamos a graxa, nós somos a graxa do setor. O que passamos na pandemia foi uma situação gravíssima. Paramos 2 nos, e, na retomada, ainda demorou mais um pouco para o setor retomar.

Quando realizamos um evento, seja um festival, como teve em São Paulo no último final de semana, são mais de 1.900 empresas prestando serviços. E essas empresas contratam *freelancers*, seja ele intermitente ou MEI.

Enfim, o que importa é que o PERSE é fundamental para a realização dos eventos. Sem o PERSE, as grandes empresas não contratam as empresas menores, e as empresas menores não contratam os *freelancers* e profissionais

de eventos. Os profissionais de eventos do setor são mais de 10 milhões de pessoas invisíveis, que não aparecem em lugar algum.

Então, esse é um ponto que precisamos cogitar, porque a remuneração, a distribuição de renda é direta. Acho que o PERSE é fundamental para a sobrevivência das empresas, ainda mais que ficaram paradas por 2 anos e tiveram seus equipamentos depreciados. Então, eles têm que ter investimento na operação para poder retomar.

Precisamos, sim, do PERSE para as grandes empresas contratarem as menores, e as menores contratarem os garçons para fazer as formaturas, os casamentos, os congressos, os eventos corporativos e tudo o mais. O PERSE é fundamental!

Então, peço a todos que não retirem esse dinheiro que vai para a ponta final: os profissionais de eventos e a economia.

Muito obrigado a todos.

"Sim" ao PERSE!